

ONGs E FEMINISMOS: CONTRIBUTO PARA A CONSTRUÇÃO DO SUJEITO POLÍTICO FEMINISTA

Ana Paula Canotilho,

Manuela Tavares e Maria José Magalhães

UMAR – União de Mulheres Alternativa e Resposta

Resumo Nesta comunicação, pretende-se equacionar o papel das ONGs de mulheres nos movimentos sociais, e reflectir sobre o seu contributo para a construção de um sujeito político feminista. Constitui ainda uma fase inicial de um estudo junto de organizações não-governamentais de mulheres ou sobre os seus direitos, tentando articular o activismo desenvolvido nos anos 1970 e 80, em Portugal, com as formas actuais de participação e actividade política. Partindo dos estudos neste campo, considera-se que o sujeito político feminista não se esgota nas actividades das ONGs, uma vez que as lutas e a participação política das mulheres se estendem por diversos campos sociais. A acção das mulheres e o activismo feminista ultrapassam a actividade das ONGs. Consubstancia-se numa tecitura complexa onde a participação das mulheres de forma individual ou organizada necessita de confluir para lutas e reivindicações colectivas.

Palavras-chave feminismos, movimentos sociais, sujeito político feminista.

Introdução

A temática em torno da qual se desenvolve o painel: «ONGs: re-significar a participação democrática das mulheres»¹ poderia levar-nos a diversos campos de análise: as ONGs são ou não protagonistas de movimentos sociais, nomeadamente dos movimentos feministas; de que forma as relações sociais de género em ONGs mistas reflectem a divisão do trabalho e as relações de poder entre mulheres e homens na sociedade, ou seja, até que ponto as mulheres permanecem invisíveis nestas ONGs e o seu papel como sujeitos é subalternizado. Um trabalho de Jacqueline Heinen e Josette Trat (1997), realizado em França, abre pistas relevantes neste sentido, pelo que seria interessante vir a proceder a uma análise semelhante em Portugal. Ainda, um outro campo de análise poderia centrar-se na reflexão sobre os trinta anos de uma ONG como a UMAR cujo percurso se liga à própria história dos feminismos em Portugal.

Contudo, apesar do carácter apelativo dos caminhos anteriores, optámos por um outro: reflectir sobre o «activismo feminista»² e as ONGs. Explicitando

1 Painel temático do V Encontro da APEM: Mulheres Participação e Democracia, onde esta comunicação foi apresentada.

2 «Activismo feminista» é um termo em desuso, mas que ousamos introduzir, apesar de considerarmos que todas as reflexões até agora realizadas em torno da «agência feminista» são um contributo fundamental para a actualização deste conceito.

melhor, o foco desta comunicação consiste na reflexão sobre o contributo das ONGs, a construção de um sujeito político feminista. Constitui ainda uma fase inicial de um estudo junto de organizações não-governamentais de mulheres ou sobre os seus direitos, tentando articular o activismo desenvolvido nos anos 1970 e 80 em Portugal (Magalhães, 1998, 2000) com as formas actuais de participação e actividade política neste campo.

Partindo dos estudos neste campo, considera-se que o sujeito político feminista não se esgota nas actividades das ONGs, uma vez que as lutas e a participação política das mulheres se estendem por diversos campos sociais, organizadas ou não, em que estas organizações se constituem numa parte deste processo.

O activismo e a agência feminista

O aparecimento do *backlash* como movimento reactivo ao feminismo, a menor visibilidade das feministas, em especial a partir da década de 1990, e um certo abrandamento das acções feministas com impacto público, têm levado a um certo apagamento da expressão «activismo feminista».

Também a necessidade teórica de fragmentação do sujeito «mulher», por via da emergência das diferenças baseadas na cultura, etnicidade, orientação sexual e classe, trouxe um vazio, embora transitório, no pensamento feminista quanto à possibilidade de uma intervenção enquanto grupo de mulheres. Uma versão mais intransigente de um feminismo pós-moderno chegou mesmo a defender que a diversidade no grupo «mulheres» tornaria impossível qualquer estratégia comum. Todavia, autoras como Nancy Fraser (2002) e Iris Young (2003) acabam por argumentar que, se queremos uma política emancipatória para desalojar o patriarcado das relações sociais, temos de conceber alguma forma das mulheres lutarem enquanto grupo. Está assim colocada a necessidade de emergência de um novo sujeito feminista «capaz de incluir a diversidade de experiências, subjectividades, opiniões e sentidos estratégicos de diferentes mulheres» (Magalhães, 2004). E, como afirma Iris Young, «nomear as mulheres como um colectivo social específico é um objectivo difícil e que dá ao feminismo a sua especificidade como movimento político» (Young, 1997: 18).

É neste contexto que podemos falar de «activismo feminista» e levantar algumas questões, construídas em torno deste conceito. Será que o activismo feminista se resume a uma visão formalista e convencional de acções colectivas como campanhas, manifestações, acções de rua, ou outras? Ou poderá o activismo feminista basear-se também na acção individual através da escrita, dos estudos, da educação? Segundo Sue Wise, «o feminismo esteve ligado não só a formas de activismo político convencionais como também produziu os seus próprios produtos culturais com a educação, a auto-ajuda e as políticas de estilo de vida (*lifestyle politics*)» (2001: 239). É nesta conceptualização que nos colocamos, e, seguindo Sue Wise, podemos distinguir várias formas de activismo feminista:

- Acção directa, muito utilizada pelas sufragistas no início do século XX, quando invadiam ou cercavam o parlamento britânico; também nos anos 1960 e 70, na contestação das feministas ao concurso de Miss Universo ou no cerco à base militar de Greenham Common, entre outras;
- Desobediência civil, também utilizada pelas sufragistas quando se recusavam a pagar taxas ou impostos por não quererem assumir deveres, quando não tinham direitos;
- Grupos de pressão política junto de instituições ou órgãos de poder político em torno de campanhas públicas, como na luta pela legalização do aborto;
- Grupos de auto-ajuda, que na segunda vaga dos feminismos, tiveram importante papel no apoio às mulheres vítimas de violência e nas questões da saúde;
- Intervenção cultural feminista em diversas áreas: literatura, teatro, arte;
- Educação e investigação onde os estudos sobre as mulheres têm aberto novos caminhos;
- Uma política de estilos de vida (*Lifestyle politics*), centrando a intervenção feminista no domínio das orientações sexuais, na educação das crianças, na relação entre alimentação, formas de produção e ambiente.

Como facilmente se entende, a acção das ONGs fica aquém desta vasta dimensão do activismo feminista.

Um outra visão deste modo de participação política, e segundo Peggy Antrobus (2004) virada para a dinâmica dos movimentos de mulheres assenta em três tipos de estratégias:

- Estratégias activistas viradas para campanhas, conferências, círculos de debates, construção de redes, acções de rua;
- Estratégias institucionais onde se inclui a investigação em estudos sobre as mulheres nas universidades, a actuação em organismos governamentais para a Igualdade, o trabalho de *mainstreaming* (transversalidade da igualdade de género em todas as políticas); dentro destas estratégias institucionais assume especial relevo, segundo Virgínia Ferreira (2000), a acção das mulheres em instituições internacionais como a OIT, as Nações Unidas, o Conselho da Europa e a União Europeia; também a acção das ONGs alcançou reconhecimento internacional nas Conferências das Nações Unidas sobre Direitos das Mulheres (México: 1975; Copenhaga: 1980; Nairobi: 1985; Pequim: 1995);
- Por último, estratégias viradas para a construção do trabalho em rede a nível internacional, como acontecem com redes feministas mundiais como a Marcha Mundial de Mulheres³.

3 A ideia de uma Marcha Mundial de Mulheres que tivesse como principais lemas a luta contra a Violência e a Pobreza foi lançada a partir da 4.ª Conferência Mundial das Nações Unidas sobre

No sentido de analisar e reflectir sobre as experiências do activismo feminista em Portugal, vamos «viajar» a partir dos meados dos anos 70, após Abril de 1974, quando se dá a mudança de regime no país e quando emerge um conjunto de associações e grupos de mulheres, para regressar ao início do séc. XXI e conhecer percursos de participação individual e colectiva em lutas pelos direitos das mulheres, no seio do movimento social feminista.

Contudo, importa ainda, reflectir sobre as seguintes questões: as mulheres são actoras sociais e as suas acções, ainda que heterogéneas, ainda que nem sempre qualificáveis como acção política, são parte integrante da formação política. Quer através das vozes, quer através dos silêncios, participamos na formação política de forma diversificada e, portanto, com resultados políticos diversos. A primeira questão é sair de uma concepção de participação política que se restrinja à esfera pública da cidadania. A segunda passa por pensar a participação política dentro, mas também para além dos limites que enquadram as organizações colectivas, tal como existem.

Pensamos que toda a acção é acção política e daí que as questões da intencionalidade e consciência, negociação e compromisso, resistência e desafio, luta e estratégia, transformação da sociedade sejam pontos importantes para pensar a agência política feminista.

As mulheres constituem-se como sujeito político enquanto grupo social ou o feminismo tem de construir o seu sujeito político?

Nancy Fraser faz uma periodização do feminismo algo diversa do que estamos habituadas/os, assentando nas questões mais importantes e que criaram tensões no movimento, quer do ponto de vista da articulação teórica, quer do ponto de vista do activismo. Assim, toma em consideração três fases, nas quais a diferença é a pedra de toque: a primeira fase caracteriza-se, na sua análise, por um foco na «diferença de género», e que dividiu as feministas pela igualdade das feministas pela diferença; a segunda concentrou-se nas diferenças entre as mulheres que opôs lésbicas e negras contra mulheres brancas e de classe média que continuavam a essencializar o movimento de mulheres; a terceira, onde existe uma intersecção entre múltiplas diferenças, num momento histórico em que já não é possível, numa perspectiva crítica e emancipatória, deixar de ver os diversos movimentos sociais e as reivindicações e críticas sociais que estes trazem consigo.

Afirma ainda que, como não resolvemos a questão da diferença que dividiu as feministas pela igualdade das feministas pela diferença, hoje também ainda não resolvemos as múltiplas diferenças que se intersectam para equacionar o sujeito político feminista num movimento social transformador que não se pode centrar unicamente nas questões de género.

Direitos das Mulheres em Pequim nas reuniões e acções das ONGs em Huairou. Foram desenvolvidas acções por esta rede feminista mundial no ano 2000 em mais de 159 países e, neste ano de 2005, circula pelos países uma «Carta das Mulheres para a Humanidade» e uma «Manta da Solidariedade», desde o dia 8 de Março até 17 de Outubro, com a participação de mais de seis mil grupos de mulheres de diversas regiões do mundo.

As ONGs e os Feminismos

A insuficiência teórica e a falta de debate foi uma das marcas dos feminismos em Portugal nas décadas de 1970 e 1980 que se tem vindo a projectar até aos nossos dias, muito em especial, no seio das ONGs que actuam na área dos direitos das mulheres. Em que medida as ONGs assumem ou não uma acção feminista? De que forma lidam com o feminismo na sua componente teórica e de acção? Como se inserem ou não num movimento feminista plural? São estas interrogações que estão na base do estudo que iniciámos junto destas organizações.

De um questionário dirigido, em 1996, a um conjunto de ONGs que, dentro do Conselho Consultivo da CIDM, assumiam objectivos mais específicos em termos de direitos das mulheres, apenas cinco, de um total de onze que responderam ao questionário, se assumiram ligadas aos feminismos⁴. Neste estudo que empreendemos, levantam-se de novo estas questões, no sentido de entender as transformações das ONGs nos últimos anos quanto à temática dos feminismos.

As experiências de activismo feminista em Portugal (mesmo que nem sempre assumido desta forma por muitas ONGs) têm tido diversos percursos:

- A acção centrada na própria ONG e nas articulações que estabelece com os movimentos sociais;
- As Plataformas de Acção em torno de campanhas por causas, envolvendo pessoas a título pessoal, associações e grupos de mulheres. Foi o caso da CNAC – Campanha Nacional pelo Aborto e Contracepção⁵, em 1978; do MODAP – Movimento de Opinião pela Despenalização do Aborto em Portugal e da Plataforma pelo Direito de Optar⁶, no início da década de 1990 e, mais recentemente, plataformas de cidadãs e cidadãos em torno do referendo sobre o aborto ou, ainda, de algumas ONGs no projecto «Fazer ondas pelo direito à escolha»⁷ que trouxe a Portugal o barco das «Women on Waves».
- As Plataformas de ONGs ligadas a organismos governamentais como é a secção das ONGs do Conselho Consultivo da CIDM, formada em 1979 e

4 APEM – Associação Portuguesa de Estudos sobre as Mulheres, AMCV – Associação de Mulheres contra a Violência, APF – Associação para o Planeamento da Família, IF – Intervenção Feminista e UMAR – União de Mulheres Alternativa e Resposta.

5 Integraram esta plataforma as seguintes associações: MLM – Movimento de Libertação das Mulheres, IDM – Informação, Documentação/Mulheres, UMAR – União de Mulheres Alternativa e Resposta, Grupo Autónomo de Mulheres do Porto e Grupo de Mulheres da Associação Académica de Coimbra.

6 Faziam parte destas Plataformas as seguintes organizações: Associação ABRIL, Associação de Mulheres Socialistas, Associação para o Planeamento da Família, Associação Portuguesa de Mulheres Juristas, Departamento de Mulheres do PS, Departamento de Mulheres da UDP, Comissão de Mulheres da CGTP, Comissão de Mulheres da UGT, Grupo Ser Mulher, MDM – Movimento Democrático de Mulheres, Organização de Mulheres Comunistas, Sindicato dos Médicos do Sul e UMAR – União de Mulheres Alternativa e Resposta.

7 Integraram esta plataforma: Associação Jovem para a Paz, Associação Não te Prives, Clube Safo e UMAR.

que integra, neste momento, cinquenta e duas organizações, sendo que uma parte significativa destas organizações actua em áreas profissionais, humanitárias, dentro dos partidos políticos ou de estruturas sindicais⁸.

– As Redes de Mulheres cuja acção tem sido muito pouco utilizada em Portugal. Em 1986, formou-se, por influência da Eng. Maria de Lourdes Pintasilgo e do GRAAL, uma Rede de Mulheres com o objectivo de dar a voz às mulheres, às suas vidas e lutas como cidadãs e que realizou reuniões em várias regiões do país, chegando a publicar um boletim (*Nós e a Rede*). Mais recentemente, em Março de 2003, e no processo de preparação do Fórum Social Português, nasceu a Rede Lilás⁹.

Têm surgido ainda, de forma pontual, comissões organizadoras de seminários como o Seminário Evocativo do I Congresso Feminista e da Educação, realizado a 4, 5 e 6 de Maio de 2004 e que reuniu organizações e entidades ligadas aos estudos sobre as mulheres e ao activismo feminista¹⁰.

Dos percursos anteriormente referidos, fica-nos a ideia que as Redes de Mulheres são a componente menos experimentada no nosso país, sendo esta estratégia de acção das mais utilizadas a nível internacional. Colocamos ainda algumas interrogações sobre o possível esgotamento, em termos do futuro da intervenção feminista, de plataformas de ONGs constituídas de uma forma rígida e semi-institucionalizada, como é o caso da secção das ONGs do Conselho Consultivo da CIDM, não deixando de relevar o papel que ainda pode vir a assumir como convergência de algumas iniciativas no âmbito mais institucional.

Um novo sujeito político feminista

Uma das questões que atravessou o Seminário Evocativo do I Congresso Feminista e da Educação foi a necessidade de um novo sujeito político feminista. Como afirmou Lúcia Amâncio, na intervenção de encerramento do seminário:

8 Cinco destas organizações são departamentos de mulheres de partidos políticos, duas são comissões de centrais sindicais, seis representam sectores profissionais de mulheres, existindo outras viradas para causas gerais humanitárias como a Cruz Vermelha.

9 Esta Rede foi formada pelas seguintes associações: Acção Jovem para a Paz, APEM, APMJ, ILGA, Clube Safo, Associação Não te Prives, Pró-Urbe, Rede de Jovens para a Igualdade e UMAR.

10 APEM – Associação Portuguesa de Estudos sobre as Mulheres; APIHM – Associação Portuguesa de Investigação Histórica sobre as Mulheres; APMJ – Associação Portuguesa de Mulheres Juristas; APMD – Associação Portuguesa Mulheres e Desporto; CEMRI – Centro de Estudos das Migrações e Relações Interculturais – Universidade Aberta; CES – Centro de Estudos Sociais, Universidade de Coimbra; FACES DE EVA – Centro de Estudos sobre a Mulher, Universidade Nova; GRAAL; ISCTE; MEM – Mestrado em Estudos sobre as Mulheres, Universidade Aberta; NEHM. Núcleo de Estudos História das Mulheres, Universidade de Évora, Universidade do Minho – Estudos de Género, Universidade do Porto – FPCE, UMAR – União de Mulheres Alternativa e Resposta.

Partimos para um seminário evocativo e, desse ponto de vista, julgo que alcançámos alguns objectivos importantes e que eu gostaria de destacar: demos rosto e vida às feministas portuguesas da primeira vaga; inscrevemos o feminismo português na história do nosso país; reclamámos o lugar do feminismo num projecto político e de sociedade. Falou-se aqui das mudanças que houve na educação, na lei, no mundo do trabalho. Do progresso, mas também dos recuos. Num novo sujeito feminista que estamos a construir (Amâncio, 2004).

O sujeito é constituído na acção, não pré-existe aos movimentos sociais. Mesmo em relação à classe operária, a formação do sujeito político não é algo automático. Tanto para Paulo Freire como para Gramsci, é crucial que a relação seja uma relação de reciprocidade em que ambos aprendem e não exista uma relação hierárquica. Parece-nos fundamental, para a construção do sujeito político feminista, a constituição de espaço-tempo de troca de experiências e a passagem de uma visão individual para uma visão colectiva para sair dos interesses apenas individuais e conseguir pensar colectivamente.

No entanto, isto não pode ser nem uma acção isolada, nem acções em contextos formais de educação, nem acções que se fiquem pelos grupos de mulheres brancas, de classe média, heterossexuais e de grande formação académica. O potencial transformador está nos grupos sociais oprimidos cuja crítica ao sistema e à organização é mais acutilante, no sentido em que têm menos a perder e, nessa medida, também a sua implicação pode ser mais profunda e menos irregular.

Consideramos que existem potencialidades actuais dos feminismos que estão dispersas pelas universidades, pelas associações de mulheres, em pessoas de ONGs que trabalham em diversas áreas, pelos diferentes movimentos sociais. Estas potencialidades traduzem-se na participação de pessoas que se encontram de vez em quando, sorriem, discutem, interrogam-se, vão tecendo algumas teias.

O activismo feminista pode assumir formas amplas e muito diversas que vão para além da vocação partidária e das próprias ONGs como estruturas de intervenção.

Um novo espaço para o feminismo ou feminismos reclama-se em Portugal, que interaja com o que se passa no mundo, no respeito pelas diferenças e na ideia de que «dependemos do nosso mútuo reconhecimento e dos nossos laços e onde as nossas relações se constituem como base fundamental para a acção colectiva, em termos das nossas preocupações e reivindicações partilhadas» (Magalhães, 2004: 9).

Referências Bibliográficas

Amâncio, Lúcia (2004), Comunicação de Encerramento do Seminário Evocativo do I Congresso Feminista e da Educação, realizado em 4, 5 e 6 de Maio de 2004, em Lisboa.

- Antrobus, Peggy (2004), *The global Women's Movement*, London, Zed Books, Ltd, pp. 109-136.
- Ferreira, Virgínia (2000), «A globalização das políticas de igualdade entre os sexos – do reformismo social ao reformismo estatal», in *ex æquo*, 2/3, APEM/CELTA, 2000, pp. 13-42.
- Fraser, Nancy (2002), «A justiça social na globalização: redistribuição, reconhecimento e participação», in *Revista Crítica das Ciências Sociais*, Outubro, 2002, pp. 7-20.
- Heinen, Jacqueline, Trat, Josette (1997), *Hommes e Femmes dans le Mouvement Social*, Cahiers du Gedisst, 1997, n.º 18, p. 187.
- Magalhães, Maria José (1998), *Movimento Feminista e Educação, décadas de 70 e 80*, Oeiras, Celta Editora.
- Magalhães, Maria José (2004), «Agência feminista e das mulheres: procurando o novo sujeito feminista», comunicação no seminário evocativo do I Congresso Feminista e da Educação, realizado em 4, 5 e 6 de Maio de 2004, em Lisboa.
- Tavares, Manuela (2000), *Movimentos de Mulheres em Portugal – décadas de 70 e 80*, Lisboa, Livros Horizonte.
- Wise, Sue (2001), «Feminist activism: continuity and change», in Cosslett, Tess, Easton, Alison, Summerfield, Penny (2001), eds., *Women, Power and Resistance: an Introduction to Women's Studies*, Buckingham, Open University Press, pp. 238-249.
- Young, Iris (1997), *Intersecting Voices*, Princeton e New Jersey, Princeton University Press, p. 17.
- Young, Iris, Marion (2003), «O género como serialidade, pensar as mulheres como um colectivo social», in *ex æquo*, n.º 8, 2003, pp. 113-119.

Abstract

NGOs and feminisms: contributions to the construction of the feminine political subject

This paper intends to analyse the role of women's NGO in social movements in order to understand their contribution to the construction of the feminist political agency. This is still a preliminary stage of a study with non-governmental organisations of women where the Portuguese feminist agency of the 1970s and 1980s will be articulated with actual forms of feminist political agency. Based on some studies in this field, feminist agency is not confined in NGO activism, since its struggles and political participation can be endlessly expandable by several social "spaces", where these organisations are part of the process. In a complex web of individual and organised political participation, feminist agency needs to flow together with collective struggles and claims.

Key words feminism(s), social movements, political feminist subject.

Résumé

ONGs et féminismes: contributions pour la construction du sujet politique féminin

En cet article, on prétend équacioner le rôle des ONGs de femmes dans les mouvements sociaux, et essayer de comprendre sa contribution pour la construction du sujet politique féministe. Ce travail fait part d'une étude prés des ONGs des femmes ou sur les droits des femmes, essayant d'articuler l'activisme politique dans les années 1970 et 1980, au Portugal, avec les formes actuelles de participation politique dans les mouvements sociaux. D'accord avec quelques-uns, on considère que le sujet politique féministe ne se

limite pas aux activités des ONG, parce que les luttes et la participation politique des femmes s'enrôlent par plusieurs champs du social ou ces organisations ne sont que une partie du processus. Il se construit dans des complexe réseaux où la participation féminine individuelle ou organisée as besoin de se rencontrer avec les luttes et les revendications collectives.

Mots clés féminismes, mouvements sociaux, sujet politique féminin.

Ana Paula Canotilho, mestranda em Educação, Género e Cidadanias, sob orientação da Professora Doutora Helena Costa Araújo, professora, pintora, tendo já exposto individual e colectivamente em diversos locais, actualmente membro da Direcção da UMAR.

Manuela Tavares é doutoranda em Estudos sobre as Mulheres pela Universidade Aberta, Mestre em Estudos sobre as Mulheres, pela mesma universidade, com a tese «Movimentos de Mulheres em Portugal, anos 1970 e 80», publicada pelos Livros Horizonte em 2000, investigadora no CEMRI – Universidade Aberta, professora, autora de diversos artigos e livros em estudos sobre as mulheres, Presidente da Mesa da Assembleia Geral da UMAR.

Maria José Magalhães, docente na Faculdade de Psicologia e de Ciências da Educação, da Universidade do Porto, doutoranda em Ciências da Educação sob orientação da Professora Doutora Helena Costa Araújo, Mestre em Ciências da Educação com a tese «Movimento Feminista e Educação, Portugal, anos 1970 e 80», editada pela Celta, autora de livros e artigos no âmbito dos estudos sobre as mulheres e estudos de género, actualmente membro da Direcção da UMAR.

Artigo recebido em Janeiro de 2005 e aceite para publicação em Julho de 2005.